



ACÓRDÃO Nº559/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11157/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** João Paulo Rodrigues Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu Caporazzi - OAB/AM 4447 e Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3674/2020-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tefé, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **João Paulo Rodrigues Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº559/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.1. Atraso no encaminhamento, por meio magnético (Sistema e-Contas), da movimentação contábil, conforme estabelece a LC nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000;

10.3.2. Descumprimento do prazo de envio das remessas dos demonstrativos dos Relatórios de Gestão Fiscal-RGF ao sistema E-Contas (GEFIS), estando em desacordo com o prazo de 45 dias estabelecido na Resolução TCE nº 15/13 c/c a 24/13, conforme tabela de fl. 1127;

10.3.3. Descumprimento do prazo de Publicação dos Relatórios Resumidos de Gestão Fiscal-RGF, em desconformidade com o art. 55, § 2º da LC 101/00 (prazo legal 30 dias após o período);

10.3.4. Os Demonstrativos Fiscais que compõem o RGF, os quais foram encaminhados ao Sistema E-Contas-módulo Gefis, apresentaram diversas inconsistências que não permitiram mensurar com precisão a disponibilidade de caixa e restos a pagar, dificultando assim uma análise conclusiva dos dados, com base no princípio da eficiência indagar as inconsistências recorrentes detectadas nos demonstrativos do RGF listadas: a) Modelo com formato divergente do aprovado MDF 2018 -8º Edição -para exercício de 2018; b) Falta de correspondência entre os valores e seus agregados, pois os dados são apresentados de forma solta; c) Dados estão contidos em diversas células (mescladas); d) Campos não preenchidos com conteúdo vazio; e) Dados não claros mostrando caracteres estranhos;

10.3.5. Ausência nas portarias de designação da discriminação das atividades a serem realizadas em cada órgão;

10.3.6. Ausência de comprovantes da execução dos serviços como declarações de comparecimento, comprovantes de cursos, fotografias, atas de reunião, entre outros;

10.3.7. Justificativa de pagamentos sem a observância das fases da despesa, uma vez que não foi apresentada as notas fiscais, também não ficou comprovada que os gêneros alimentícios foram devidamente entregues e também, não ficou comprovado o interesse público, ou o recolhimento dos débitos, conforme estabelece o art. 20, § 2, da Lei n.º 2.423/1996), assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa, (art. 5.º, inciso LV, da Constituição Federal/88);

10.3.8. Justificativa por que não são disponibilizadas à sociedade via internet todas as informações de interesse coletivo ou geral do Câmara previstas no § 1º do art. 8º da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação);

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº.



ACÓRDÃO Nº559/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Abril de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral